



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



RODRIGO AMARAL LOUREIRO PIMENTEL

**USO DA FORÇA, DEFESA PESSOAL E EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO
POLICIAL:**
Uma Abordagem Educacional para a Eficácia e Segurança Militar

GOIÂNIA-GO

2024

RODRIGO AMARAL LOUREIRO PIMENTEL

**USO DA FORÇA, DEFESA PESSOAL E EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO
POLICIAL:
Uma Abordagem Educacional para a Eficácia e Segurança Militar**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof.

GOIÂNIA-GO

2024

USO DA FORÇA, DEFESA PESSOAL E EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO POLICIAL:

Uma Abordagem Educacional para a Eficácia e Segurança Militar

USE OF FORCE, PERSONAL DEFENSE, AND PHYSICAL EDUCATION IN THE POLICE CONTEXT:

An Educational Approach to Military Effectiveness and Safety

Rodrigo Amaral Loureiro **Pimentel**¹

2º Tenente **Brunner** (a)²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral analisar o uso da força pelos policiais militares, abrangendo diferentes níveis de intervenção, visando promover uma compreensão aprofundada e desenvolver estratégias educacionais para a eficácia e segurança militar. O problema de pesquisa concentra-se na necessidade crescente de medidas de segurança pública mais eficazes no Brasil, diante dos desafios complexos enfrentados, especialmente nas áreas urbanas. A pesquisa, intitulada 'Uso da Força, Autodefesa e Esporte em Contextos Policiais: Abordagens Educacionais para a Eficácia e Segurança Militar', envolveu 23 participantes da Polícia Militar. A metodologia incluiu a aplicação de um questionário do Google Forms, abordando questões relacionadas ao uso da força, anos de serviço, treinamento em autodefesa e incorporação de educação física nos treinamentos. Os resultados revelaram percepções diversas e destacaram a importância do treinamento contínuo para os profissionais de segurança.

Palavras-chave: Força Policial, Educação Militar, Segurança Pública, Desafios Urbanos, Metodologia de Pesquisa

ABSTRACT

This article aims to analyze the use of force by military police officers, covering different levels of intervention, aiming to promote an in-depth understanding and develop educational strategies for military effectiveness and safety. The research problem focuses on the growing need for more effective public security measures in Brazil, given the complex challenges faced, especially in urban areas. The research, titled 'Use of Force, Self-Defense, and Sport in Police Contexts: Educational Approaches for Military Effectiveness and Safety,' involved 23 participants from the Military Police. The methodology included the application of a Google Forms questionnaire, addressing issues related to the use of force, years of service, self-defense training, and the incorporation of physical education into training. The results revealed diverse perceptions and highlighted the importance of continuous training for security professionals.

Keywords: Police Force, Military Education, Public Security, Urban Challenges, Research Methodology

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: xxxxxxxxxxxxxxxx@gmail.com. Telefone: (62)99999-9999.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em xxxxxxxx e Especialista em Email: xxxxxxxxxxxxxxxx@gmail.com. Telefone:

1 INTRODUÇÃO

Há uma necessidade crescente de medidas de segurança pública mais eficazes no Brasil, capazes de abordar a diversidade de crimes que ocorrem tanto nas grandes cidades como nas cidades menores. Os desafios enfrentados nas áreas urbanas, em particular, estão a tornar-se mais complexos, necessitando de uma formação reforçada para os profissionais de segurança pública. É crucial que estes profissionais exerçam a força legítima de forma adequada em cada situação, evitando quaisquer casos de força excessiva ou abuso de poder.

Segundo dados apresentados no Atlas da Violência de Cerqueira et al. (2016), o Brasil registrou um número surpreendente de 59.627 homicídios em 2014, resultando em uma taxa de 29,1 homicídios por 100.000 habitantes. Este número contrasta fortemente com a média global de 6,2 homicídios por 100.000 habitantes. Essas estatísticas representam 10% de todos os homicídios globais, classificando o Brasil em 12º lugar entre 154 países em termos de taxa de homicídios per capita. Estes números têm implicações significativas para a saúde pública, as tendências demográficas e o desenvolvimento socioeconómico, afetando particularmente os homens entre os 15 e os 29 anos (Cerqueira et al., 2016).

Para enfrentar a situação atual, é evidente que vários setores da sociedade brasileira devem se unir. Um setor que se destaca particularmente é a necessidade de melhorias no sistema de ensino público. O objetivo é formar indivíduos que possuam competências para gerar renda, seja por meio do aumento da competitividade no mercado de trabalho ou pela busca do empreendedorismo. No curto prazo, a eficácia dos agentes de segurança pública torna-se crucial.

No cenário dinâmico e desafiador da atividade policial, o uso da força, a autodefesa e a educação física emergem como elementos cruciais para a eficácia e segurança militar. Este projeto de pesquisa, intitulado 'Uso da Força, Autodefesa e Esporte em Contextos Policiais: Abordagens Educacionais para a Eficácia e Segurança Militar', busca explorar, analisar e compreender a prática de oficiais em relação ao uso da força por Policiais Militares. A pesquisa visa contribuir para o avanço do conhecimento, oferecendo insights valiosos para políticas, treinamentos e estratégias educacionais.

Dada a natureza complexa do trabalho policial, é imperativo aprofundar o assunto. O foco deste estudo é examinar minuciosamente os avanços educacionais dentro deste domínio. O objetivo desta proposta é preencher as lacunas de conhecimento existentes encontradas na

literatura acadêmica, fornecendo bases teóricas e práticas para a implementação de abordagens educacionais de ponta.

O foco deste estudo gira em torno de um elemento central da aplicação da lei: a aplicação da força. É imperativo possuir uma compreensão abrangente destas situações, dos métodos utilizados e da necessidade de formação adequada, a fim de executar intervenções eficazes e salvaguardar o bem-estar dos agentes e da comunidade. Colocar ênfase na formação contínua e na capacidade de adaptação à evolução das necessidades é essencial para a progressão dos procedimentos policiais que se alinhem com os princípios éticos, legais e sociais.

As práticas policiais são intrínsecas aos mecanismos de controle social, manifestando-se em contextos globais com potencial de conflito, desvio ou desordem. Além de garantir a manutenção da ordem, a atividade policial inclui vigilância para identificar violações existentes ou potenciais, podendo ser baseada em consenso, conflito, opressão ou uma combinação destes elementos (Reiner, 2003).

O contexto policial, marcado pela complexidade social, exige uma análise aprofundada. Diante desse cenário, a questão central deste estudo é: Como as práticas relacionadas ao uso da força pela Polícia Militar podem ser compreendidas e aprimoradas por meio de abordagens educacionais, visando a eficácia e segurança militar?

O Objetivo geral deste artigo foi o de analisar o uso da força pelos policiais militares, abrangendo diferentes níveis de intervenção, para promover uma compreensão aprofundada e desenvolver estratégias educacionais que contribuam para a eficácia e segurança militar. E os objetivos específicos foram: Realizar uma revisão abrangente da literatura sobre o uso da força policial; Investigar estratégias de presença policial e seu impacto na prevenção de conflitos; Analisar técnicas de negociação, mediação e gestão de conflitos; Avaliar práticas de defesa pessoal, considerando princípios de direitos humanos; Analisar o uso de equipamentos de menor potencial ofensivo e agentes químicos.

Dado o estado atual da segurança pública no Brasil, é inegável que este estudo possui grande relevância. O aumento alarmante das taxas de homicídios e a complexidade dos desafios enfrentados exigem uma análise aprofundada dos procedimentos de segurança, especialmente em relação ao uso da força pelas autoridades policiais. Ao compreender as implicações destas práticas, juntamente com a implementação de estratégias educativas e de formação, podemos não só aumentar a eficácia das intervenções policiais, mas também garantir a segurança dos profissionais envolvidos e da comunidade em geral.

2 REVISÃO TEÓRICA

Neste estudo, a revisão da literatura desempenha um papel vital, estabelecendo uma base teórica sólida para a compreensão do uso da força no contexto policial e analisando estratégias educacionais que melhoram a eficácia e a segurança militares. Dada a complexa situação da segurança pública no Brasil, é crucial examinar as contribuições acadêmicas e pesquisas anteriores sobre policiamento, uso da força, treinamento policial e segurança pública.

O corpo de literatura existente oferece uma visão abrangente de várias abordagens teóricas, práticas e desafios relacionados ao tema, permitindo uma contextualização do estudo no campo mais amplo da segurança e do policiamento. Esta seção irá aprofundar as tendências, lacunas e debates encontrados na literatura, enfatizando a importância de futuras investigações para avançar o conhecimento neste domínio crítico.

2.1 O PAPEL INSTITUCIONAL DA POLÍCIA

As origens da força policial no Brasil estão intimamente ligadas ao período do imperialismo brasileiro. Quando a família real portuguesa chegou em 1808, solicitou a transferência da instituição policial de Lisboa, Portugal, para o Brasil, a fim de proteger os novos residentes. Essa ligação histórica entre os dois países é enfatizada por Marinho (2011).

Gomes (2013) destaca que o policiamento é um elemento essencial dos processos de controle social que ocorrem universalmente em situações onde surgem conflitos, desvios ou transtornos, envolvendo infrações reais ou planejadas. Isto inclui a vigilância de infrações existentes ou planejadas, bem como a aplicação de sanções para manter a ordem social.

Marinho (2011) explica ainda que a polícia brasileira está dividida em duas forças estaduais: a polícia civil, que trata de questões judiciais, e a polícia militar, que realiza atividades de policiamento ostensivo, patrulhas e tarefas uniformizadas dentro de um contexto militar. Apesar de fazer parte da administração pública, a polícia possui características distintas, como usar uniforme, portar armas de fogo e ter a função específica de garantir a ordem social estabelecida pela sociedade.

A Constituição original da República Federativa do Brasil (1988) afirmava inicialmente no artigo 144 que a Polícia Militar do Estado, atuando como força suplementar e de apoio ao Exército Brasileiro, é responsável pela manutenção da ordem pública e pela

condução do policiamento visível enfatiza no artigo 37 que um dos valores institucionais é a preservação da dignidade humana.

Além disso, o artigo 39, inciso III, do mesmo estatuto determina que os policiais militares devem defender a dignidade de cada indivíduo. Fernandes (2006) destaca que o artigo 5º do Pacto de San José da Costa Rica garante o direito à integridade física, mental e moral, proibindo explicitamente o uso de tortura, punição ou qualquer forma de tratamento cruel, desumano ou degradante .

Em casos de abuso de autoridade, a vítima tem a opção de procurar uma compensação financeira, conforme descrito no artigo relevante. O Código Civil Brasileiro, juntamente com a Lei do Abuso de Autoridade em sua seção 6 e cláusula 2, bem como vários outros regulamentos legais, incluindo os artigos 924 a 954, delineiam as consequências para as autoridades que praticam abuso de autoridade (Fernandes, 2006) .

É crucial destacar que se uma autoridade for considerada culpada de tal má conduta, a sua punição será documentada no seu registro oficial, independentemente de ser uma autoridade civil ou militar. Em caso de crime, os indivíduos que tenham sido vítimas de abusos por parte das autoridades têm a opção de apresentar uma queixa formal, fornecendo um relato detalhado do incidente e fornecendo uma lista de testemunhas.

2.2 USO DE FORÇA POLICIAL

Em seu relatório de 2006, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) traça um quadro fundamental para a aplicação gradual da força, categorizando os níveis de acordo com a intensidade do comportamento do agressor.

1. Presença de agentes da lei: Refere-se à mera existência de policiais em situações que envolvam comportamento não ameaçador por parte do agressor, sem necessidade de recurso à força física.

2. A verbalização é um método utilizado pelos policiais para comunicar e transmitir mensagens de maneira eficaz. Esta abordagem é normalmente utilizada em situações em que o agressor é cooperativo, não demonstra resistência e cumpre voluntariamente as instruções dadas pela polícia.

3. Controle por contato: Engloba diversas técnicas de condução e imobilização de indivíduos, como a utilização de algemas, que são empregadas em situações em que o agressor apresenta resistência passiva, recusando-se a cumprir instruções e permanecendo imóvel.

4. O controle físico envolve a aplicação de força para subjugar um indivíduo que resiste ativamente, representando um desafio físico ao policial. Isso pode ocorrer em situações em que o indivíduo tenta escapar. Além disso, o controle físico também pode implicar o uso de cães e agentes químicos.

5. As táticas defensivas não letais abrangem a utilização de diversas medidas não letais, como gases potentes, técnicas que manipulam articulações e equipamentos de impacto. Esses métodos são empregados quando confrontados com agressão não letal de um agressor que apresenta resistência hostil.

6. Emprego de força letal: Significa o nível máximo de força empregado pela aplicação da lei e deve ser utilizado exclusivamente como opção final, depois de esgotados todos os métodos alternativos. Este curso de ação justifica-se quando o suspeito representa uma ameaça significativa à vida de outras pessoas.

O nível de força empregada depende das circunstâncias, conforme observado. Embora a mera presença de um agente de segurança possa muitas vezes dissuadir condutas desviantes, há casos em que o recurso inicial da Polícia Militar pode não se limitar à mera presença e exigir o uso de força letal.

2.3 MODELOS EFICIENTES EM RELAÇÃO AO USO DE FORÇA

Manter um equilíbrio delicado entre a manutenção da ordem pública e a defesa dos direitos fundamentais é crucial quando se trata do complexo e exigente domínio da força policial. Carvalho (2015) enfatiza a importância de encontrar esse equilíbrio para garantir que as práticas de aplicação da lei sigam os princípios éticos e legais, evitando quaisquer excessos prejudiciais que possam prejudicar a comunidade.

Ao examinar modelos como FLECT, GILLESPIE e CANADENSE, propostos pelo Ministério da Justiça (2006) para o contexto brasileiro, há um claro foco na implementação de métodos menos hostis antes de recorrer a armas de fogo. Tal como sublinhado por Persson (2007), a priorização de uma hierarquia de utilização de armas letais exclusivamente em circunstâncias extremas sublinha a importância de abraçar a escalada gradual da força como um princípio fundamental.

Diante dos alarmantes índices de homicídios no Brasil revelados pelo Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2016), fica ainda mais evidente que é necessária a adoção de modelos eficientes de uso da força. A prossecução de uma segurança pública eficaz exige a melhoria contínua das práticas policiais, especificamente na prevenção da força excessiva e dos

abusos. Como observa Carvalho (2015), é crucial refletir sobre a eficácia das práticas atuais para facilitar transformações benéficas.

A importância da sugestão do Ministério da Justiça (2006) de adotar o modelo canadense é evidente, enfatizando a necessidade de uma abordagem que leve em conta as circunstâncias práticas do país. Carvalho (2015) afirma que é crucial que as diretivas operacionais estejam enraizadas em modelos que proporcionem uma perspectiva abrangente sobre a segurança pública, combinando eficácia com o compromisso de defender os direitos humanos.

Diante de incidentes devastadores, como o Massacre de Pau D'Arco, no Pará, torna-se essencial contemplar a execução bem-sucedida dessas estruturas. Como afirma Persson (2007), ocorrências como esta sublinham a importância de dotar o pessoal de segurança com as competências necessárias para empregar a força de forma incremental, dando o máximo valor à salvaguarda de vidas e abstendo-se de medidas excessivas.

Recapitulando, alcançar a utilização ótima da força policial exige a adoção de abordagens inovadoras que estejam em conformidade com as circunstâncias da nação, que dêem prioridade ao bem-estar da comunidade e protejam o bem-estar físico e ético dos indivíduos. Isto sublinha o imperativo contínuo de melhorar e modificar as metodologias policiais. Conforme enfatizado por Carvalho (2015), a busca pela eficiência deve sempre ser guiada por uma dedicação inabalável aos princípios éticos e legais que regem a aplicação da lei.

2.4 USO DE FORÇA DE FORMA EFICAZ

À luz da complexa situação de segurança pública no Brasil, é crucial levar em conta uma série de ações que podem aumentar a eficiência das agências de aplicação da lei e, como resultado, garantir maior segurança para o público em geral. Dentro dessa estrutura, as ideias apresentadas por Carvalho (2015) e Persson (2007) apresentam perspectivas valiosas sobre as melhorias necessárias para que o governo brasileiro forneça serviços policiais competentes aos seus cidadãos.

A formação contínua dos profissionais de segurança pública é de extrema importância e deverá receber investimentos substanciais. Carvalho (2015) enfatiza a importância de uma formação que abranja não apenas aspectos técnicos, mas também aspectos éticos e legais. Este treinamento abrangente prepara os agentes para navegar pelas complexidades do uso da força de maneira consciente e responsável. Ao implementar modelos de formação que sigam as

melhores práticas internacionais, conforme delineado pelo Ministério da Justiça (2006), podemos melhorar as competências dos agentes policiais e promover uma cultura que priorize o respeito pelos direitos humanos.

Para otimizar a eficácia das operações policiais, é crucial não só concentrar-se na formação, mas também afetar recursos suficientes e tecnologia avançada às agências responsáveis pela aplicação da lei. A atualização do equipamento de trabalho, incluindo equipamento de proteção individual, armas não letais e sistemas de comunicação, é vital para melhorar as capacidades dos agentes policiais ao lidar com vários cenários. Em seu trabalho, Persson (2007) enfatiza a importância de fornecer recursos que permitam o uso adequado e proporcional da força, garantindo que os agentes responsáveis pela aplicação da lei tenham acesso a alternativas menos letais que se alinhem com o nível de ameaça apresentado em cada situação.

Garantir a confiança da sociedade é um aspecto crucial do reforço das instituições policiais, e isto pode ser conseguido através da promoção de uma gestão transparente e eficiente. Carvalho (2015) destaca a importância de ter líderes que se dediquem à defesa dos padrões éticos e legais, pois isso promove uma cultura de responsabilização e responsabilidade entre os agentes responsáveis pela aplicação da lei. Para garantir a eficácia e a legitimidade das operações policiais, é imperativo ter mecanismos de controle internos e externos em vigor, juntamente com políticas de integridade. Esses elementos trabalham juntos para garantir a integridade e a eficácia das ações policiais.

Além disso, é crucial reconsiderar e melhorar as políticas destinadas a prevenir a violência, defendendo uma abordagem mais abrangente que englobe as dimensões sociais, educativas e económicas. Alocar recursos para iniciativas sociais, melhorar o padrão da educação pública e gerar perspectivas de emprego são táticas que, conforme demonstrado pelo Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2016), têm o potencial de efetivamente diminuir as taxas de atividade criminosa.

Para garantir que o Estado brasileiro forneça uma força policial competente aos seus cidadãos, é necessária uma abordagem abrangente. Isto engloba diversas medidas, como a melhoria da formação profissional, a modernização dos recursos, a promoção de uma gestão transparente e a implementação de políticas integradas de prevenção da violência. Alcançar esses avanços exige um esforço coletivo que envolve entidades governamentais, a sociedade civil e as próprias instituições policiais.

3 METODOLOGIA

Este estudo adotará uma abordagem de pesquisa mista, combinando elementos qualitativos e quantitativos para proporcionar uma compreensão abrangente do tema "Uso da Força, Defesa Pessoal e Educação Física no Contexto Policial: Uma Abordagem Educacional para a Eficácia e Segurança Militar". A estrutura do trabalho será dividida em etapas distintas para atender aos objetivos propostos. "Para atingir essa recomendação, a pesquisa realizada é chamada de pesquisa bibliográfica, conforme definição de Pizzani et al. (2012,). Esse tipo de pesquisa é feita por meio da exploração de "livros, periódicos, artigos de jornais, sites e outras fontes". . "

A coleta de dados será realizada por meio de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias incluirão entrevistas com policiais militares, instrutores de defesa pessoal e profissionais de educação física atuantes no contexto policial. As fontes secundárias abrangerão análise documental de manuais, normas e registros institucionais relacionados ao tema.

A amostra será delimitada de maneira estratificada, considerando diferentes níveis hierárquicos dentro da polícia militar. O público-alvo incluirá policiais militares em diferentes patentes, instrutores de defesa pessoal e profissionais de educação física que ministram treinamentos para forças policiais.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, questionários e observações participantes durante treinamentos práticos. Será adotada uma técnica de pesquisa documental para analisar manuais e normas institucionais. Durante o trabalho de campo, as interações serão registradas por meio de anotações detalhadas, e com o consentimento dos participantes, serão feitas gravações para análises posteriores.

No trabalho de campo, as falas serão registradas por meio de anotações e, quando possível, serão realizadas gravações para garantir a fidelidade das informações. Os dados serão organizados tematicamente, considerando categorias como uso da força, técnicas de defesa pessoal, e aspectos educacionais relacionados à formação policial.

A análise dos dados seguirá uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas como análise de conteúdo. Serão identificados padrões, tendências e relações nos dados coletados. A perspectiva interpretativa permitirá uma compreensão mais profunda das experiências e percepções dos participantes.

Serão utilizados instrumentos como roteiros de entrevistas semiestruturadas e questionários estruturados, adaptados conforme a natureza do participante (policiais,

instrutores, profissionais de educação física). A distribuição e aplicação dos instrumentos serão realizadas de forma presencial, considerando a disponibilidade e agenda dos participantes.

Para a organização e análise dos dados, será utilizado um software específico, como o NVivo, que possibilitará uma análise mais eficiente, especialmente na categorização e identificação de padrões nos dados qualitativos.

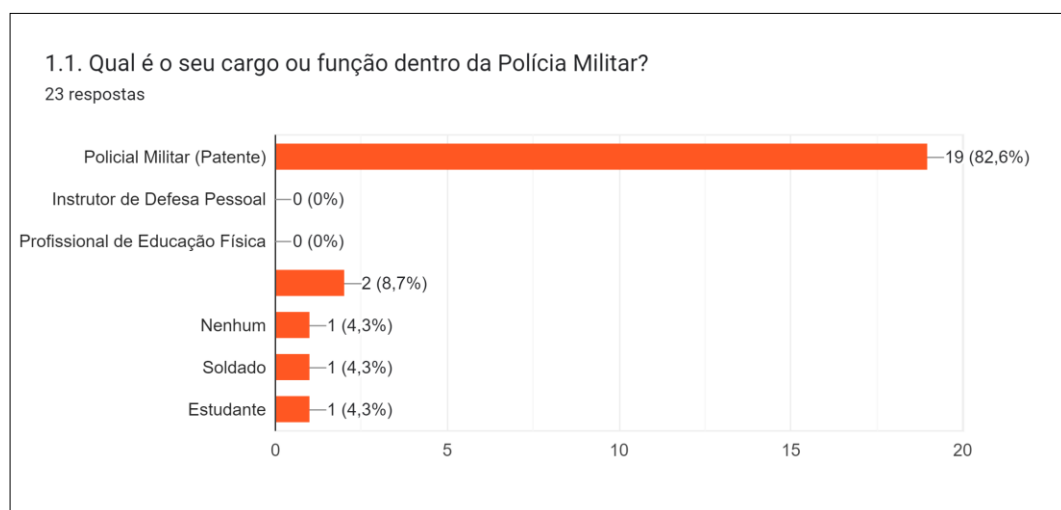
Este estudo será conduzido em conformidade com os princípios éticos da pesquisa, garantindo o anonimato dos participantes, obtendo consentimento informado e preservando a confidencialidade das informações coletadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta resultados do estudo “Uso da força, autodefesa e esporte em contextos policiais: abordagens educacionais para eficácia e segurança militar”. A análise dos dados recolhidos revelou aspectos fundamentais relacionados com a integração de técnicas de defesa pessoal e práticas educativas na formação policial. Ao explorar os resultados obtidos, destacamos descobertas importantes que impactam diretamente a eficácia operacional e a segurança dos profissionais das forças de segurança. Esta discussão visa contextualizar estes resultados à luz da teoria educacional e da prática militar, promover uma compreensão mais profunda do impacto da formação policial e propor abordagens inovadoras para otimizar a preparação e o desempenho dos agentes em situações desafiadoras.

Responderam ao questionário do google forms 23 pessoas as questões são voltadas para solucionar o problema bem como atender ao objetivo deste estudo. No gráfico 01 pode ser observado o cargo ou função dentro da Polícia Militar das pessoas que responderam ao questionário, ficou evidenciado que 82,6% eram Policiais Militares com Patente, 4,3% Soldado, Estudante e nenhuma dessas funções e cargos.

Gráfico 01 – Cargo ou função dentro da PM

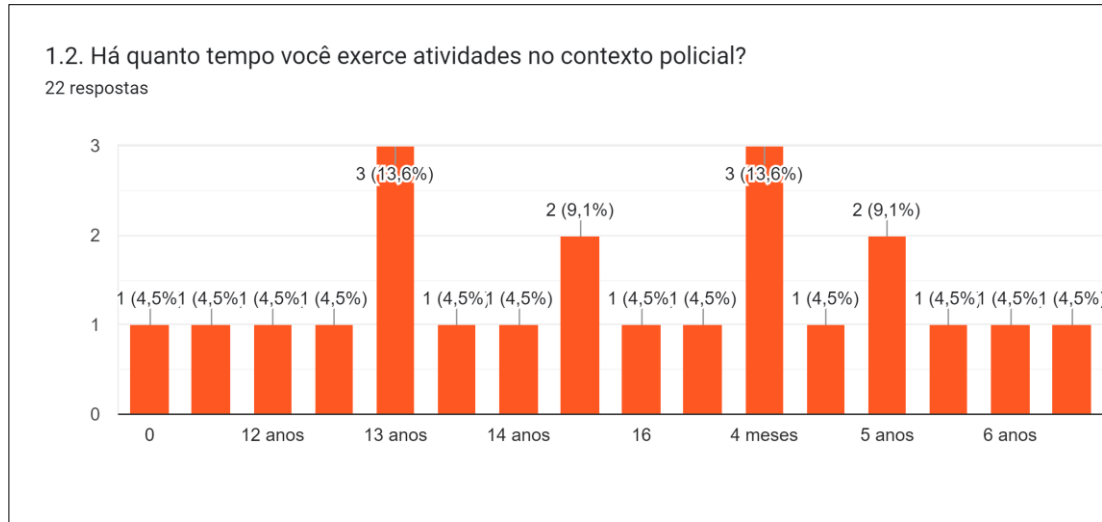


Fonte: Próprio Autor

No gráfico 02, pode-se observar o tempo de exercício de atividade policial, nesta pergunta houve 22 respostas. 4 repostas equivalentes a 12 anos, 3 com 13 anos, 2 com 14 anos, 2 com 15 anos, 2 com 16 anos, 3 com 6 anos, 1 com 5 anos e 3 com 4 meses. O gráfico 02 fornece dados sobre o tempo de experiência em atividades policiais com base em 22 respostas. A maioria dos participantes relatou uma experiência mais longa, sendo que 4 responderam o equivalente a 12 anos. Os participantes eram amplamente distribuídos, variando de 13 a 16 anos de experiência. Notavelmente, também foram observadas respostas indicando

períodos de serviço mais curtos, como 4 meses, 5 anos e 6 anos. A diversidade de experiências indica que a amostra abrange diferentes fases da carreira policial.

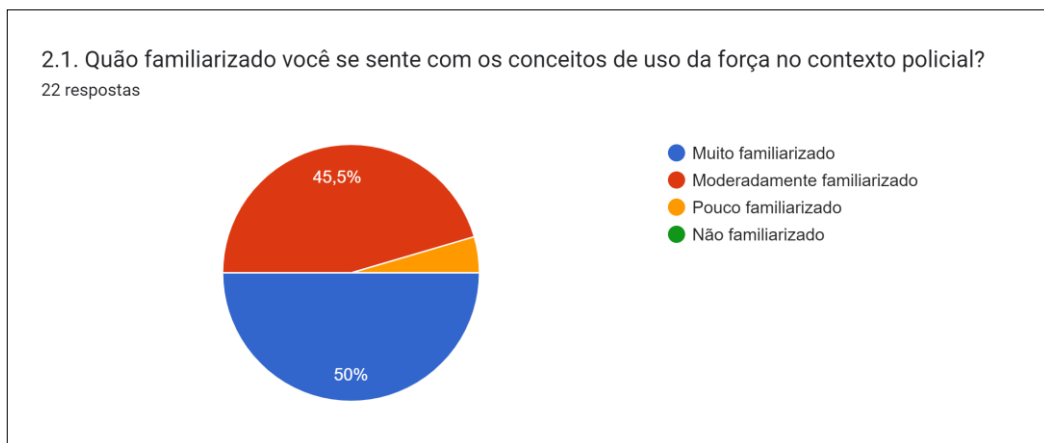
Gráfico 02 – Tempo de atuação no contexto policial



Fonte: Próprio Autor

Já o gráfico 03 fala sobre a familiarização do conceito do uso de força, esta pergunta no questionário obteve 22 respostas com os seguintes números 45,5 % dos entrevistados apontaram o conhecimento moderado do conceito, Isso sugere que uma parte considerável da amostra possui uma compreensão intermediária do tema. Já 4,5% relataram estarem pouco familiarizados, o que pode indicar uma necessidade de esclarecimento ou educação adicional sobre esse aspecto específico da atividade policial. E 50% disse estar muito familiarizado, Essa porcentagem considerável sugere que uma parte substancial da amostra possui um entendimento aprofundado ou extenso sobre as nuances e implicações associadas ao uso de força na prática policial.

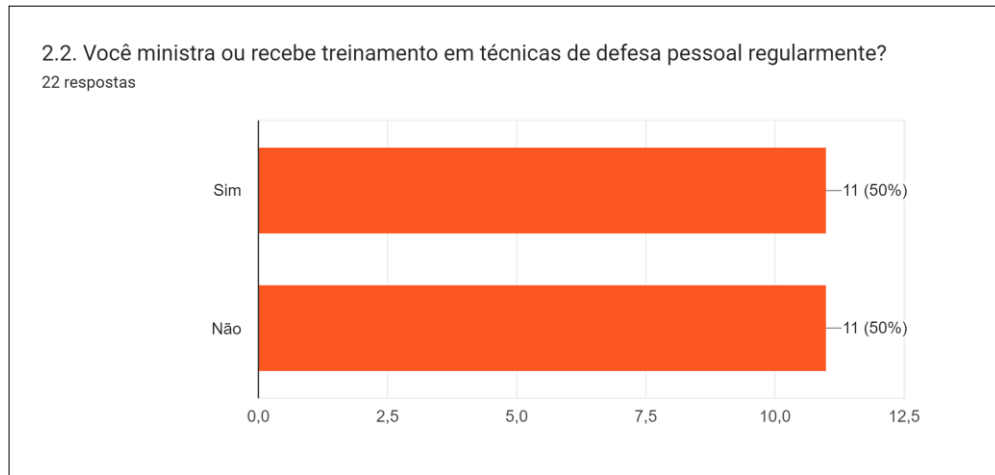
Gráfico 03 – Familiarização com o conceito do uso de força no contexto policial



Fonte: Próprio Autor

Sobre ministrar técnicas de defesa pessoal ficou evidenciado no gráfico 04, apresentando um recorde de amostragem de 22 respostas em que 50% ministra e outros 50% não ministra. A polícia brasileira tem uma das maiores taxas de mortalidade e de vítimas do mundo. Essa situação não está estritamente relacionada aos meios de repressão, mas a fatores como treinamento, equipamentos e inteligência, como destaca Salineiro (2016).

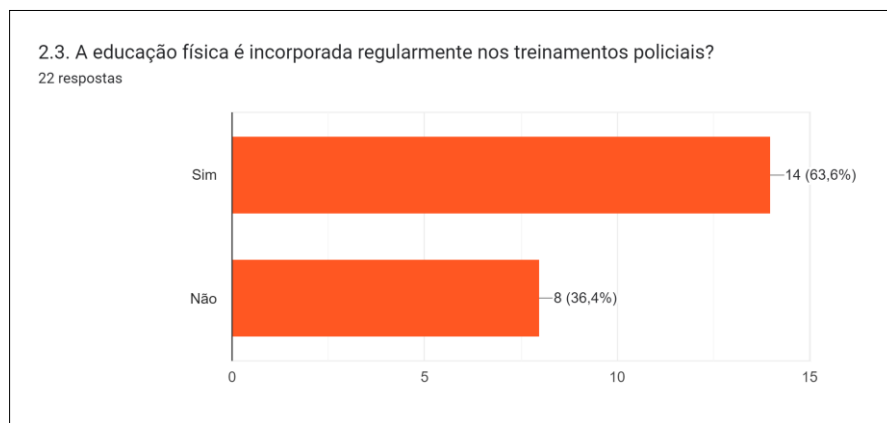
Gráfico 04 – Treinamento de técnicas de defesa pessoal



Fonte: Próprio Autor

O gráfico de 05 apresenta por sua vez a realidade voltado a experiência de educação física incorporada nos treinamentos dos policiais, diferentemente do gráfico acima que os dados estão balanceados, este por sua vez, demonstra que 14 pessoas equivalente ao percentual de 63,6% afirmam que a educação física é incorporado nos treinamentos policiais e 8 pessoas (36,4%) dizem que não.

Gráfico 05 – Educação física incorporada nos treinamentos policiais

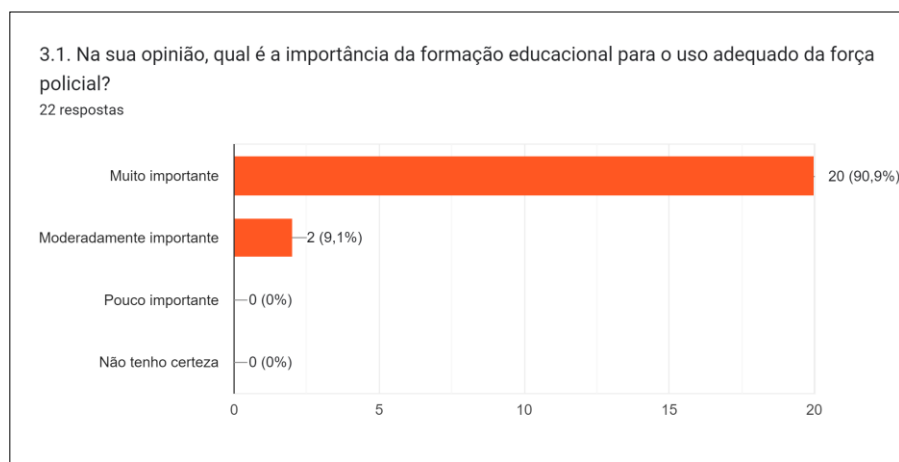


Fonte: Próprio Autor

O gráfico 06 trata da importância da formação educacional do uso da força nas abordagens policiais, um percentual de 90, 9% disseram ser muito importante outros 9, 1% disseram ser moderadamente importante. O gráfico 06 mostra que a grande maioria dos

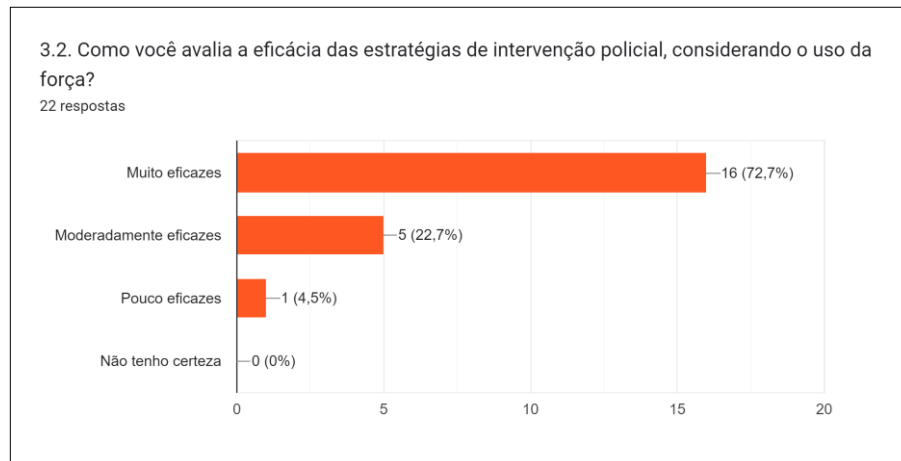
entrevistados (ou seja, 90,9%) acredita que a educação e a formação sobre o uso da força pela polícia são extremamente importantes. Uma minoria de 9,1% atribui importância moderada a esta formação. Este resultado sublinha a crença comum de que a orientação educacional específica sobre o uso da força é fundamental para a preparação dos profissionais de segurança. A segurança é um direito fundamental claramente consagrado na Constituição, no entanto, garantir esse direito não é uma tarefa simples, principalmente porque a definição de segurança abrange questões que vão além da proteção da segurança pessoal de um indivíduo, como sublinhou Salineiro (2016).

Gráfico 06 – Formação educacional no uso de força policial



Fonte: Próprio Autor

O sobre a eficácia nas estratégias policial considerando o uso de força é o gráfico 07 e obtive os seguintes dados 72, 7 dos entrevistados relataram que são muito eficazes, já 22, 7% relataram ser moderadamente eficaz, e 4,5% consideram ser pouco eficaz. Quanto mais bem preparado um profissional estiver técnica, taticamente e emocionalmente, maiores serão suas qualidades e capacidade de perceber e tomar decisões, de escolher as alternativas mais adequadas e de reagir de acordo com as normas legais que fundamentam suas ações. Por outro lado, a falta de preparação técnica, tática ou controle emocional pode levar os profissionais de segurança pública a tomarem decisões erradas, levando a reações com consequências potencialmente catastróficas para os indivíduos, a sociedade, o órgão policial e os próprios profissionais. O desenvolvimento dessas qualidades é melhor alcançado através do seguinte Alcançado por: formação adequada e contínua, criando condições de trabalho que permitam ao profissional desenvolver plenamente suas competências (SENASP, 2009).

Gráfico 07 – Eficácia das estratégias policiais considerando o uso de força

Fonte: Próprio Autor

Os participantes destacaram uma série de técnicas de autodefesa consideradas relevantes para a formação policial. As respostas incluem imobilização, contra contenção, mobilização, autodefesa, técnicas de tração rápida, estrangulamentos, Jiu-Jitsu, Krav Maga, Muay Thai e combinações de imobilização e algemas. Esta diversidade reflete a consciência da importância das diferentes competências para responder eficazmente a diferentes situações de combate.

O uso da força para controlar um suspeito de crime ou para resolver um conflito através da intervenção policial segue uma abordagem progressista e deve seguir os princípios da legalidade, necessidade e conveniência. , o suspeito atende ao pedido do policial. Passando para um estado cooperativo, o uso da força não se intensificará e poderá permanecer no mesmo nível ou até diminuir (SENASP, 2009).

Os participantes enfatizaram a importância fundamental da educação física para a preparação e desempenho dos policiais. Enfatizaram a necessidade de desenvolver habilidades físicas por meio da prática diária e de treinos regulares, contribuindo assim para um melhor desempenho nos treinos e nas atividades profissionais do dia a dia. Acredita-se que a educação física não só promove a saúde e a boa forma geral, mas também pode ter um impacto positivo na resistência, nas capacidades motoras e na eficiência operacional durante incidentes policiais. Além disso, também foi reconhecido o impacto positivo da educação física na imagem pública dos policiais e na promoção do orgulho profissional.

5 CONCLUSÃO

Dada a crescente necessidade de medidas de segurança pública mais eficazes no Brasil, especialmente em áreas urbanas, este estudo tenta analisar e compreender o uso da força pela polícia militar, enfatizando a importância de abordagens educacionais para melhorar a eficácia e a segurança militares. Os desafios enfrentados no contexto atual, evidenciados pelo alarmante índice de homicídios e pela complexidade do problema, exigem uma análise aprofundada dos procedimentos de segurança, particularmente aqueles relacionados ao uso da força pelas autoridades policiais.

Com base nos dados apresentados e nas análises realizadas neste artigo, o estudo parece atingir os objetivos propostos de explorar, analisar e compreender as práticas dos oficiais em relação ao uso uniformizado da força, além de contribuir para o avanço do conhecimento e informar políticas, treinamento, e as estratégias de educação fornecem informações valiosas.

Os tópicos abordados no estudo incluem familiaridade com o conceito de uso da força, anos de serviço em ambiente policial, fornecimento de técnicas de autodefesa, incorporação da educação física no treinamento policial, a importância do treinamento educacional sobre o uso da força e a eficácia das estratégias policiais. Considere o uso da força. Os resultados são detalhados e concretos, proporcionando uma compreensão abrangente da realidade dos profissionais de segurança pública brasileiros.

No entanto, os resultados fornecem insights relevantes para abordar a questão da pesquisa sobre a crescente necessidade de medidas de segurança pública mais eficazes no Brasil, mas a eficácia dessas medidas não pode ser determinada apenas pelos dados apresentados. A investigação fornece informações valiosas para orientar políticas e práticas, mas a implementação eficaz e o impacto real no terreno requerem uma avaliação mais aprofundada com base nos resultados reais e nas melhorias observadas ao longo do tempo.

Este estudo parece, portanto, ser um passo importante na direção certa, proporcionando uma base sólida para discussões e ações futuras, mas a eficácia real das medidas propostas precisa ser avaliada em situações reais e ao longo do tempo, para obter uma conclusão mais abrangente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARVALHO, Claudio Frederico de. **A evolução da segurança pública municipal no Brasil**. [livro eletrônico]. Curitiba; editora Intersaberes, 2017. 63 p. Disponível em:

<http://estacio.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559723854/pages/63>. Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência 2016**. Brasília: Ipea e FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), 2016. Nota técnica n. 17. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

FERNANDES, D. H. S. **Tudo que o Policial Precisa Saber sobre... Abuso de Autoridade**. AGEPOL/CENAJUR: Salvador, 2006.

GOMES, V. R. R. **O Uso da Força Policial sobre o Prima das Legislações Internacionais: uma análise sobre a capacitação e qualificação do efetivo policial militar da Bahia atuante nas companhias independentes de policiamento tático**. 70 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013

MARINHO, K. R. L. **As organizações Policiais e os Processos de Transição entre Modelos: Mitos, Racionalidade e o Campo Institucional da Polícia**. Tese (Doutorado). UFMG, Belo Horizonte, 2011.

PERSSON, Eduardo Moreno. **Embasamento legal do uso da força pelo policial militar**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 3021, 9 out. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20084>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2024.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012

REINER, Robert. **A política da Polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2003 pp. 132.

SALINEIRO, André. **Políticas Públicas em segurança pública e defesa social- serie gestão pública**. [livro eletrônico]. Curitiba: editora Intersaberes, 2016. Disponível em: <http://estacio.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559721232/pages/2> acesso em: 28 de janeiro de 2024.

SENASP. **Uso progressivo da força**. 2009. Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-2/5cadernotematico_uso-progressivo-da-forca. Acesso em: 28 de janeiro de 24.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário para Pesquisa sobre Uso da Força, Defesa Pessoal e Educação Física no Contexto Policial

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Estudo/Projeto: **USO DA FORÇA, DEFESA PESSOAL E EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO POLICIAL: Uma Abordagem Educacional para a Eficácia e Segurança Militar**

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar do estudo/projeto intitulado "

USO DA FORÇA, DEFESA PESSOAL E EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO POLICIAL: Uma Abordagem Educacional para a Eficácia e Segurança Militar". Antes de concordar em participar, é fundamental que você leia cuidadosamente as informações a seguir. Caso haja alguma dúvida ou preocupação, sinta-se à vontade para entrar em contato com os responsáveis pelo estudo.

Objetivo do Estudo/Projeto:

O objetivo deste estudo/projeto é Analisar o uso da força pelos policiais militares, abrangendo diferentes níveis de intervenção, para promover uma compreensão aprofundada e desenvolver estratégias educacionais que contribuam para a eficácia e segurança militar. Suas respostas e contribuições são valiosas para a realização e conclusão deste trabalho.

Procedimentos:

Durante a participação, você será solicitado(a) a responder as questões abaixo. Estimase que o tempo de dedicação seja de aproximadamente de 5 de 10 minutos.

Confidencialidade:

As informações coletadas serão tratadas de forma estritamente confidencial. Seus dados serão anonimizados, garantindo que sua identidade não seja revelada em nenhum momento. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para os propósitos deste estudo/projeto.

Riscos e Benefícios:

Não há riscos significativos associados à participação neste estudo/projeto. Os benefícios incluem a contribuição para de compreender as implicações destas práticas, juntamente com a implementação de estratégias educativas e de formação.

Participação Voluntária

Sua participação neste estudo/projeto é completamente voluntária. Você tem o direito de recusar ou interromper sua participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Consentimento:

Ao clicar em "Concordo" no final deste formulário, você estará indicando que leu e compreendeu as informações fornecidas, que teve a oportunidade de esclarecer dúvidas, e que concorda voluntariamente em participar deste estudo/projeto.

Agradecimento:

Agradecemos sinceramente por considerar participar deste estudo/projeto e contribuir para a ampliação do conhecimento em Segurança Pública.

Ao concordar em participar, você confirma que leu e compreendeu as informações fornecidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Você concorda em participar? *

Marcar apenas uma opção.

Concordo

Não concordo

2. 1.1. Qual é o seu cargo ou função dentro da Polícia Militar?

Marque todas que se aplicam.

Policial Militar (Patente)

Instrutor de Defesa Pessoal Profissional de Educação

Física Outro:

3. 1.2. Há quanto tempo você exerce atividades no contexto policial?

Pular para a pergunta 4

Seção 2: Familiaridade com Temas Relacionados

4. 2.1. Quão familiarizado você se sente com os conceitos de uso da força no contexto policial?

Marcar apenas uma opção.

- Muito familiarizado
- Moderadamente familiarizado
- Pouco familiarizado
- Não familiarizado

5. 2.2. Você ministra ou recebe treinamento em técnicas de defesa pessoal regularmente?

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não

6. 2.3. A educação física é incorporada regularmente nos treinamentos policiais?

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não

Pular para a pergunta 7

Seção 3: Uso da Força e Estratégias de Intervenção

7. 3.1. Na sua opinião, qual é a importância da formação educacional para o uso adequado da força policial?

Marque todas que se aplicam.

- Muito importante
- Moderadamente importante
- Pouco importante
- Não tenho certeza

8. 3.2. Como você avalia a eficácia das estratégias de intervenção policial, considerando o uso da força?

Marque todas que se aplicam.

- Muito eficazes
- Moderadamente eficazes
- Pouco eficazes
- Não tenho certeza

Pular para a pergunta 9

Seção 4: Defesa Pessoal e Educação Física

9. 4.1. Quais técnicas de defesa pessoal você considera mais relevantes para a formação policial?

10. 4.2. Como a educação física pode contribuir para a preparação e desempenho dos policiais?

Pular para a pergunta 11

Seção 5: Desafios e Oportunidades na Formação Policial

11. 5.1. Quais desafios você identifica na formação policial relacionada ao uso da força e defesa pessoal?

12. 5.2. Você enxerga oportunidades de melhoria na abordagem educacional para a eficácia e segurança militar?

Agradecemos a sua participação! Suas respostas são fundamentais para o avanço do entendimento sobre o uso da força, defesa pessoal e educação física no contexto policial.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

ANEXO A - TÍTULO

O título deve ser centralizado e com 1 espaço de 1,5 entrelinhas em branco após o título.